

INCLUSÃO ESCOLAR, DIFICULDADES E TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM NA PRÁTICA NEUROPSICOPEDAGÓGICA INSTITUCIONAL

Daniel da Silva Tavares¹

Alexandre Nakakura²

Claudia Ileana Coutinho Monteiro³

Franciane Correia Freira⁴

Lúcia Mara Teixeira de Oliveira⁵

RESUMO

A educação é um meio de emancipação cultural e intelectual, os seres humanos se utilizam para sua autonomia de aprendizagem para manutenção de sua vida acadêmica, com isso surgem os problemas de aprendizagem. Pais e escola buscam o auxílio dos profissionais que trabalham com essas sintomatologias dos problemas relacionados à aprendizagem humana, que são os psicólogos, psicopedagogos, neuropsicólogos e os neuropsicopedagogos. O objetivo geral da pesquisa é averiguar as possibilidades da atuação profissional do neuropsicopedagogo no ambiente escolar. Os objetivos específicos são: levantar o referencial teórico sobre a neuropsicopedagogia; verificar embasamentos sobre a inclusão escolar; entrevistar os docentes das escolas em estudo e por fim analisar os dados recorrentes da pesquisa. A Neuropsicopedagogia é uma área de atuação nova, que visa trabalhar problemas relacionados à aprendizagem humana a seu desenvolvimento cerebral.

Palavras-chave: Educação; Neuropsicopedagogia; Aprendizagem Humana.

INTRODUÇÃO

A educação é um meio de emancipação cultural e intelectual, os seres humanos se utilizam para sua autonomia de aprendizagem para manutenção de sua vida acadêmica. A educação é composta por duas vertentes, a de origem familiar e a escolar. A primeira tem por objetivo ensinar valores e princípios básicos para convivência em sociedade; a segunda é mais direcionada que é uma educação sistematizada, em que os seres humanos são encaminhados a aprender de acordo com sua faixa etária e seu desempenho intelectual.

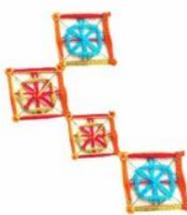
¹ Mestrando em Ciências da Educação pela CECAP – Brasília, daniel.tavares@prof.ce.gov.br;

² Mestrando em Ciências da Educação pela CECAP – Brasília, alexnakakura@hotmail.com;

³ Mestranda em Ciências da Educação pela CECAP – Brasília, claudiailleana25@hotmail.com ;

⁴ Mestranda em Ciências da Educação pela CECAP – Brasília, prof.fraciane@gmail.com ;

⁵ Mestranda em Ciências da Educação pela CECAP – Brasília, luciamarateixeira@gmail.com .



Os seres humanos são direcionados deste pequeno a frequentar a aprendizagem sistematizada ou a educação escolar, apesar da importância da educação familiar. Dentro desse sistema educacional escolar, o sujeito é “obrigado” a seguir para escola, o mesmo sujeito recebe nomenclaturas de criança e adolescente. Com isso, a escola tem algumas indagações ao receber essa criança e esse adolescente, e preocupa-se como esse sujeito vai aprender, de que forma acontece a aprendizagem, por que, a mente dos seres não é uniforme, igual a do seu semelhante.

Esta problemática é muito recorrente na escola, pois cada criança ou cada adolescente aprende de um jeito diferente do outro; uns são mais acelerados e outros mais lentos. Os mais lentos na aprendizagem, a escola em conjunto com seus responsáveis buscam ajuda para minimizar o “problema” que pode ser de origem interna (deficiência, distúrbios, transtornos,...) ou externa (dificuldade de aprendizagem, metodologia de ensino, bullying,...).

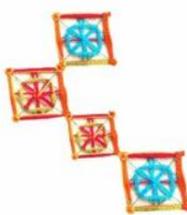
Pais e escola buscam o auxílio dos profissionais que trabalham com essas sintomatologias dos problemas relacionados à aprendizagem humana, que são os psicólogos, psicopedagogos, neuropsicólogos e os neuropsicopedagogos. Nessa busca também entram os profissionais da medicina como psiquiatras e neurologistas.

A delimitação desse estudo foca no profissional da neuropsicopedagogia, uma profissão “nova” no mercado de trabalho, com um potencial multidisciplinar em sua atuação nos setores da sociedade. O objetivo geral da pesquisa é averiguar as possibilidades da atuação profissional do neuropsicopedagogo no ambiente escolar. Os objetivos específicos são: levantar o referencial teórico sobre a neuropsicopedagogia; verificar embasamentos sobre a inclusão escolar e por fim analisar os dados recorrentes da pesquisa.

O desenvolvimento desta temática tem como ponto principal a atuação do Neuropsicopedagogo no ambiente escolar, seus desafios para a consolidação profissional e institucional no espaço de ensino e aprendizagem.

METODOLOGIA

A pesquisa é um recorte bibliográfico do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) para a obtenção do Título de Especialista em Transtornos Escolares e Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional. Usamos sites da plataforma CAPES e



CNPq e seus artigos, como também literaturas e periódicos com a temática em discurso. A pesquisa embasou-se em aprofundamentos nos documentos e legislações referente à Profissão de Neuropsicopedagogia e sua atuação no Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO

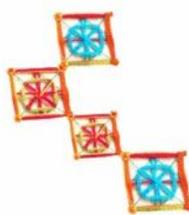
HISTÓRICO DA NEUROPSICOEDUCAÇÃO NO BRASIL

Durante muito tempo, a pesquisa relacionada à aprendizagem humana envolveu grandes discussões entre o contexto da saúde e da educação. Esses dois contextos buscavam a origem dos problemas que desencadeavam a dificuldade de aprendizagem em assimilar conteúdos escolares e acadêmicos.

A dificuldade de aprendizagem, como também os distúrbios e as deficiências sempre foram as maiores barreiras educacionais de aprendizagem enfrentadas por professores para efetivar o ensino e aprendizagem. Para auxiliar os professores no tratamento adequado a essas pessoas, que em suma maioria são crianças e adolescentes em idade escolar, sentiu-se a necessidade de outros profissionais no ambiente escolar.

Os profissionais direcionados para escola foram o psicólogo, o psicopedagogo e o professor de educação especial. Em outros ambientes ligado, direto e indiretamente com a escola, há o fonoaudiólogo e o terapeuta ocupacional. Com a demanda de crianças e adolescentes com dificuldade de aprendizagem e outras deficiências educacionais, necessitou-se de outros profissionais especialistas em áreas específicas centradas no aprendizado e suas funções cerebrais. Em 2008, foi lançado o primeiro curso de especialização em Neuropsicopedagogia no Brasil, na cidade de Jaraguá do Sul, no Estado de Santa Catarina.

No ano 2008, na cidade de Joinville, no Estado de Santa Catarina, um grupo de docentes em uma instituição de ensino e pesquisa, sediada nesta mesma cidade, que promovia assessoria em cursos de pós-graduação, se motivara através de um pedido ousado e empreendedor vindo do diretor da instituição, a criar um grupo que promoveria observações e pesquisas, com base em um aguçado senso crítico e movido aos anseios de responsabilidades com o contexto escolar que vivenciavam na época (CENSUPEG, 2019). O discurso para criação do curso era norteado nas questões que envolvessem as neurociências aplicadas a educação, nas especificidades das aprendizagens escolares e seus recorrentes problemas.



Após repercussão muito breve foi-se ganhando a credibilidade nas ações colecionando casos de sucesso de professores e alunos, de entidades de classes que hoje já conseguem olhar a Neuropsicopedagogia como uma área de grande suporte das questões da aprendizagem escolar, também como uma possibilidade de reintegração dos indivíduos que dela dependem (CENSUPEG, 2019).

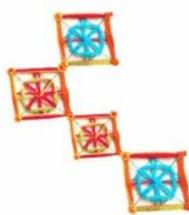
A Neuropsicopedagogia vem ganhando espaço em atuação clínica e institucional e mundo acadêmico. Sua base prática e atuante vem se consolidando no Brasil em seus vários cursos de pós-graduação orientado e autorizado pelo MEC (Ministério da Educação), de acordo com a legislação vigente.

NEUROPSICOPEDAGOGIA: CONCEITO E ATUAÇÃO

A Neuropsicopedagogia é uma área de atuação nova, que visa trabalhar problemas relacionada à aprendizagem humana a seu desenvolvimento cerebral. A formação de sua palavra está relacionada à aglutinação de algumas áreas fundamentais para atuação desse especialista. A Neuropsicopedagogia (NEURO + PSICO + PEDAGOGIA), está fundamentada nos estudos das neurociências, da psicologia e da pedagogia, centradas no aprendizado do ser humano. Fundamentada e embasada nos estudos relacionados a aprendizagem humana, o conceito da neuropsicopedagogia vai perpassar-se por várias ciências do conhecimento humano. De acordo com a Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia (SBNPp) define esse campo através do artigo 10º do Código Técnico Profissional da Neuropsicopedagogia:

A Neuropsicopedagogia é uma ciência transdisciplinar, fundamentada nos conhecimentos das Neurociências aplicada à educação, com interfaces da Pedagogia e Psicologia cognitiva que tem como objeto formal de estudo a relação entre o funcionamento do sistema nervoso e a aprendizagem humana numa perspectiva de reintegração pessoal, social e educacional (SBNPp, 2016, p. 4)

A função do Neuropsicopedagogia está voltada para a compreensão das dificuldades desenvolvidas pelo indivíduo e auxiliar na elaboração de conteúdos pedagógicos relevantes aos alunos com necessidades especiais quer de forma física ou cognitiva. Está interligada à neurociência, que faz a ligação entre educação e saúde em sua definição.



Bartoszeck nos remete que a neurociência é uma das áreas do conhecimento biológico que utiliza os achados de subáreas que a compõe, por exemplo, a neurofisiologia, a neurofarmacologia, o eixo psiconeuro-endócrino, a psicologia evolucionária, o neuroimageamento, a fim de esclarecer como funciona o sistema nervoso (BARTOSZECK, 2013). A neurociência é forte aliada do processo de aprendizagem e uma base para a Neuropsicopedagogia e sua plena atuação, que busca estudos atrelados aos seus conhecimentos prévios a de outros profissionais quer da área da educação quer da área da saúde.

O conhecimento da neurociência para a atuação do neuropsicopedagogo é de fundamental importância, pois sua função está voltada para a compreensão das dificuldades desenvolvidas pelo indivíduo e auxiliar na elaboração da intervenção baseado em referenciais da neurociência com o olhar psicopedagógico. Assim, as áreas de atuação do Neuropsicopedagogo seguem de acordo com o Art. 29 e 30, que diz:

Artigo 29: Ao Neuropsicopedagogo com formação na área Institucional, conforme descrito no Capítulo V, fica delimitada sua atuação com atendimentos neuropsicopedagógicos exclusivamente em ambientes escolares e/ou instituições de atendimento coletivo. §1º. Entende-se que sua atuação na área de Institucional, ou de educação especial, de educação inclusiva escolar deve contemplar: a) Observação, identificação e análise do ambiente escolar nas questões relacionadas ao desenvolvimento humano do aluno nas áreas motoras, cognitivas e comportamentais; b) Criação de estratégias que viabilizem o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem do aluno; c) Encaminhamento do aluno a outros profissionais quando o caso for de outra área de atuação/especialização (SBNPp, 2016, p. 5).

Na área institucional, a Neuropsicopedagogia está muito ligada ao ambiente escolar, e às instituições de aprendizagem, apesar que esse ambiente não é o único lugar de atuação desse profissional. Cabe a ele delimitar que tipo de instituição pretende exercer seus saberes institucionais. Como no próprio Artigo (SBPp, 2016) nos fala a Neuropsicopedagogia Institucional está exclusivamente para ambientes coletivos, no qual pode incluir instituições hospitalares, empresas e ONGs (Organizações Não Governamentais). Desse modo, a vertente da Neuropsicopedagogia clínica se volta para um atendimento mais individual e específico de acordo com a Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia (SBPp, 2016).

Artigo 30º. Ao Neuropsicopedagogia com formação clínica, conforme descrito no Capítulo V, fica delimitada sua atuação com atendimentos neuropsicopedagógicos individualizados em setting adequado, como

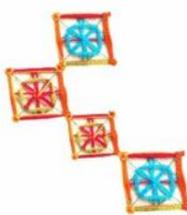


consultório particular, espaço de atendimento, posto de saúde, terceiro setor. Os atendimentos em local escolar ou hospitalar devem acontecer de forma individual e em local adequado. §1º. Entende-se que sua atuação na área clínica ou de atendimento multiprofissional deve contemplar: a) Observação, identificação e análise do ambiente escolar nas questões relacionadas ao desenvolvimento humano do aluno nas áreas motoras, cognitivas e comportamentais; b) Avaliação, intervenção e acompanhamento do indivíduo com dificuldades de aprendizagem, transtornos, síndromes ou altas habilidades que causam prejuízos na aprendizagem escolar e social; c) Criação de estratégias que viabilizem o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem do aluno; d) Utilização de protocolos e instrumentos de avaliação e reabilitação devidamente validados, respeitando sua formação de graduação; e) Elaboração de relatórios e pareceres técnicos-profissionais; f) Encaminhamento a outros profissionais quando o caso for de outra área de atuação/especialização (SBNPp, 2016, p. 6).

A atuação do Neuropsicopedagogo é multidisciplinar, podendo exercer suas funções tanto institucional (escolas, hospitais, ONGs, terceiro setor como na docência no ensino superior), como na clínica (equipe multiprofissional em consultórios, clínicas, posto de saúde, terceiro setor e posto de saúde). Esse profissional é formado através de uma pós-graduação em instituições habilitadas.

Desta forma, temos a ampla atuação desse profissional nos mais variados setores do campo clínico e institucional. Podemos compreender que sua prática está dividido em três fundamentos através da Resolução 03/2014 em Capítulo III:

Art. 29. A Neuropsicopedagogia tem características próprias de atuação e considera contextos diferenciados para tal, de acordo com a característica dos espaços nos quais é possível desempenhar o exercício da Profissão. Por isso, para definir as suas formas de atuação, toma como base: § 1º A atuação Institucional, na qual tem como espaço de atuação, instituições que tem no princípio de suas atividades o trabalho coletivo. §2º A atuação Clínica, na qual tem como espaço de atuação o atendimento individualizado, focado em planos de intervenção específicos. §3º Conforme avanços nos estudos realizados por esta nova ciência, a SBNPp poderá prever novos espaços de atuação neste código, atendendo as revisões bienais, conforme previsto no artigo 2º deste documento. Artigo 30. Ao Neuropsicopedagogo com formação na área Institucional, conforme descrito no Capítulo V, fica delimitada sua atuação com atendimentos neuropsicopedagógicos exclusivamente em ambientes educacionais e/ou instituições de atendimento coletivo. §1º Entende-se que sua atuação na área de Institucional possa acontecer em instituições como Escolas Públicas e Particulares, Centros de Educação, Instituições de Ensino Superior e Terceiro Setor que tem finalidade de oferecer serviços sociais, sem foco na distribuição de lucros, mas com administração privada, sendo composto por associações, cooperativas, organização não-governamentais, entre outros. §2º São bases da atuação institucional os fundamentos da Educação Especial e da Educação Inclusiva, com embasamento legal e de práticas sociais, que deverão ser pensadas através da aplicação das neurociências ao ambiente educacional, [...] (SBPp, 2016, p. 7).



RESULTADOS E DISCUSSÃO

DIFICULDADES E TRANSTORNOS ESCOLARES

Os problemas de aprendizagem é algo antigo no contexto educacional, pois origem é interna (fatores orgânicos) ou externa (fatores ambientais). Há várias classificações de acordo com a profundidade do problema. Pode ser classificado como Distúrbios, Transtornos ou Dificuldade. Os distúrbios estão ligados às funções orgânicas do corpo humano, como descreve Olivier (2013):

[...] distúrbios abrange alterações de fundo estrutural e funcional e, portanto, é mais amplo que Disfunção que se refere unicamente aos desvios da função de um órgão ou sistema [...], distúrbios também pode ser usado para designar patologias somáticas (corpo) enquanto transtorno pode ser usado para denominar psicopatologias (mentais e cognitivas) (OLIVIER, 2013, p. 37).

A palavra distúrbio pode ser traduzida como “anormalidade patológica por alteração violenta na ordem natural”. Distúrbio de aprendizagem parece classificar exatamente o que é: mau funcionamento de um órgão podendo manifestar-se por alterações afetivas e de comportamento. Essa definição é aceita pela medicina e não invade a área médica (OLIVIER, 2013, p. 38).

Os Transtornos com o Distúrbio são de origem interna, independem do desejo que o individuo possa ter, de desempenhar atividades da forma que família, a escola ou a sociedade esperam dele. O Transtorno decorre de uma disfunção na região frontal do cérebro, que provoca perturbação devido à falha na entrada do estímulo e da integração de informações, comprometendo a atenção seletiva e gerando impulsividade e dificuldade visomotora. De acordo com Olivier (2013):

A síndrome e o transtorno podem confundir-se, pois podem demonstrar os mesmos sintomas e/ou sinais. Enquanto não pode identificar a patologia, este conjunto de sinais e sintomas é chamado de síndrome. A partir do momento em que se define a patologia, o quadro passa a ser chamado de transtorno. Resumindo, a diferença entre síndrome e transtorno é a identificação da patologia [...] (OLIVIER, 2013, p. 36)

Entretanto, os transtornos específicos de aprendizagem são transtornos que afetam o funcionamento do sistema nervoso central, levando a desempenhos abaixo do esperado em teste padronizada de leitura, escrita ou de matemática e interferindo, assim,



no rendimento escolar ou em atividades em que tais habilidades são necessárias. Para serem considerados, devem ser excluídos todos os outros aspectos que possam justificar o mau desempenho, aqui listados entre as dificuldades de aprendizagem. De maneira geral, os transtornos específicos de aprendizagem são herdáveis geneticamente, devem causar prejuízos e são persistentes ao longo da vida (SEABRA; DIAS; ESTANISLAU; TREVISAN Apud ESTANILAU e BRESSAN, 2014, p. 189).

Para a compreensão do processo de socialização e de aprendizagem de crianças e adolescentes, faz-se importante que profissionais da saúde e da educação unam esforços, busquem serviços de formação continuada para a compreensão dos transtornos escolares e assim encontrem meios teóricos e vivenciais para a correta identificação desses transtornos, para a orientação familiar e escolar, para a realização de encaminhamentos e possíveis estratégias interventivas. Nesse sentido, acreditamos ser possível favorecer condições de acesso e possibilidades de permanência desses indivíduos no contexto educacional inclusivo.

A INCLUSÃO ESCOLAR

A inclusão escolar no limiar da História da educação no Brasil é um processo recente no contexto atual. O processo inclusivo envolve várias esferas institucionais e políticas, pois a inclusão só não vem da escola e sim de todo um contexto social e familiar.

A educação especial foi a grande precursora da educação inclusiva em contexto geral. A educação especial viveu profundas transformações durante o século XX. Impulsionada pelos movimentos sociais que reivindicavam mais igualdade entre todos os cidadãos e a superação de qualquer tipo de discriminação, incorporou-se, aos poucos, ao sistema educacional regular e buscou fórmulas que facilitassem a integração dos alunos com alguma deficiência. Ao mesmo tempo, produziu-se uma profunda reflexão no campo educativo fazendo com que os problemas desses alunos fossem encarados a partir de um enfoque mais interativo, no qual a própria escola devia assumir sua responsabilidade diante dos problemas de aprendizagem que eles manifestavam. O conceito de necessidades educativas especiais e a ênfase na importância de que a escola se adapte à diversidade de seus alunos foi expressão dessas novas realidades (COLL; MARCHES; PALACIOS, 2004, p. 15).

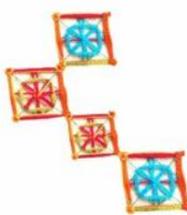


A transformação da educação especial para o contexto da inclusão passou por um processo, saindo do modelo de segregadora para a vertente inclusiva, dando espaço educacional para esses indivíduos que eram separados dos “normais”. A escola foi umas das principais instituições a levantar a bandeira da inclusão. Com isso, as escolas que têm entre seus principais objetivos a atenção à diversidade dos alunos e que adaptam seu funcionamento e seu ensino para alcançar tal objetivo, são as escolas que conseguem uma integração mais completa. Isso, porem supõe um processo de reforma (COLL; MARCHES; PALACIOS, 2004, p. 26). Partindo desses princípios Carvalho (1997) no remete a real função da escola:

[...] Todas as escolas deveriam acomodar todas as acrianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizados... No contexto destas Linhas de Ação o termo “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem... As escolas têm que encontrar a maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves (CARVALHO, 1997, p. 56-57).

O objetivo de ter escolas inclusivas supõe uma profunda transformação do sistema educacional, que vai muito além da reforma da educação especial. Embasado nessa ideia de reforma em agosto do ano de 2015, o governo federal sancionou a Lei Brasileira de Inclusão, iniciativa que articula medidas que capacitem espaços de todos os tipos para a recepção, comunicação e integração de pessoas com deficiência. Essa legislação se adequa às determinações da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU). As autoras Honora e Frizanco (2008) nos explica esses princípios da inclusão escolar:

[...] O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de



necessidades especiais encontradas dentro da escola (HONORA e FRIZANCO, 2008, p. 22).

A escola inclusiva é uma realidade atual em nosso contexto educacional, a lei é bem incisiva em seu cumprimento, no qual a instituição escolar e seus colaboradores tem que nos processos pedagógicos de trabalho incluir aquele estudante com alguma limitação, seja intelectual, sensorial ou física.

A Lei 13.146 de julho de 2015, chamada de Lei Brasileira de Inclusão, consagrou a política de educação inclusiva no Brasil. Isso significa que todas as escolas, sejam públicas ou particulares devem cumprir as determinações dessa lei no sentido de aprimorar seus sistemas de ensino, visando garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem a todas as pessoas com deficiência. Tudo sem custos extras para a família da pessoa com deficiência, uma vez que, as adaptações necessárias para o atendimento educacional inclusivo devem ser suportadas por toda a sociedade, entendendo-se a comunidade, a escola e a família (TEAPOIO, 2019)⁶

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A neuropsicopedagogia é uma ciência nova na atualidade, mas seus respaldos científicos já têm um bom tempo no campo da pesquisa da mente humana. Ela é uma ciência transdisciplinar com contribuições da psicologia, psicopedagogia, pedagogia, psicanálise, neurologia, sociologia das neurociências. O profissional que atua nessa área tem como objetivo interligar a aprendizagem ao cérebro humano utilizando o mais variado mecanismo para a mediação e a concretização do saber sistematizado.

Consideramos a importância da pesquisa como um eixo norteador para a atuação do neuropsicopedagogo no ambiente escolar e esperamos que o estudo sirva de embasamento para outras pesquisas ou mesmo como referencial para futuras legislações que aprove a atuação do neuropsicopedagogo na instituição escolar, pois a educação é feita pela multidisciplinariedade de profissionais.

REFERÊNCIAS

COLL, Cesar; MARCHES, Álvaro; PALACIOS, Jesús (org.). MURAD, Fátima (trad.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004 (3 vol.)

⁶TEAPOIO (GRUPO DE APOIO A PAIS E FAMILIARES DE AUTISTA)
<http://www.teapoiio.com/inclusao-escolar-lei-brasileira-de-inclusao>. Acesso em: 05 de dez. 2019.



BARTOSZECK, Amauri Betini. **Neurociência em benefício da Educação.** Diferentes olhares que se complementam. [S.l.: s.n.], 2013. Disponível em: <http://neuropsicopedagogianasaladeaula.blogspot.com.br/2013_07_01_archive.htm> Acesso em: 05 de out. 2019.

ESTANILAU, G. M.; BRESSAN, R. A. (org.). **Saúde Mental na Escola:** o que os educadores devem saber/SEABRA, A. G.; DIAS, N. M.; ESTANILAU, G. M.; TREVISAN, B.T. Transtornos de Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2014.

GRUPO EDUCACIONAL CENSUPEG:
<https://www.censupeg.com.br/neuropsicopedagogia-no-brasil/>. Acesso em: 11 de aug. 2019.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. **Esclarecendo as deficiências:** aspectos teóricos e práticos para contribuir para uma sociedade inclusiva. São Paulo, SP: Ciranda Cultural Editora e Distribuidora Ltda., 2008.

LUZ DO SABER (Capacitação e Empreendimento):
<https://www.luzdosaber.net.br/category/blog/>. Acesso em: 10 de mai. 2019.

OLIVIER, L. **Distúrbios de Aprendizagem e de Comportamento.** Rio de Janeiro: Wak ed. 2011.

_____, L. **Transtornos de Comportamento e Distúrbios de Aprendizagem.** RJ: Wak Editora, 2013.

SBNPp. **Código de Ética Técnico Profissional da Neuropsicopedagogia.** 2016 Disponível online em: www.sbnpp.com.br Acesso em: 10 de nov. 2019.